

A verdade, não mais que a verdade

Gaudêncio Torquato (*)

Qual é o sonho de cidadãos do bem?

Cantar um Hino de Louvor à Pátria amada, fazer loas aos parlamentares, ter orgulho da toga da modéstia dos ministros das altas Cortes judiciais, aplaudir quem entrega a uma senhora idosa a bolsa caída na rua, ceder seu lugar no ônibus aos mais alquebrados, agradecer a Deus por ter sido abençoado e viver numa Terra de gente digna, honrada e respeitada.

Ouçamos a delação espontânea de um brasileiro tocado pela chama do civismo. O Brasil é a terra da ética, do respeito aos valores morais que dignificam o Homem e do cumprimento exemplar das leis. Ninguém ousa se desviar da retidão.

O caráter do povo é imaculado, herdeiro de uma cultura alicerçada no bem comum, na solidariedade, no culto às tradições, na religiosidade, no respeito aos mais velhos, no carinho e proteção às crianças e na repartição justa dos bens produzidos.

Atingir a honra de um cidadão equivale a ferir a alma da Pátria. Preserva-se e cumpre-se o abençoado “todos por um e um por todos”. O sistema federativo vive em harmonia. Os recursos são distribuídos igualmente entre União, Estados e Municípios, provendo as necessidades fundamentais da população.

A racionalidade administrativa gera riquezas que se repartem entre os mais necessitados. O excedente é exportado, acarretando bilhões de divisas distribuídos pelas regiões produtoras e consumidoras.

O Congresso só vota leis fundamentais, cinco a seis leis por ano, como na Suíça. A política é voltada ao essencial. Nossa Carta Magna abriga diretrizes gerais, diferente de Constituições detalhistas, que atendem a setores, grupos, alas, partidos, gêneros, regiões. Evita-se a proliferação de projetos de

lei e emendas, a sociedade sabe do que precisa e o que é dispensável. Não há discussões inócuas.

O dinheiro é gasto com parcimônia, cada tostão comprovado e de acordo com o se arrecada. Em Brasília vê-se um imenso placar com todos os centavos despendidos pelo país.

Quase inexistente burocracia. Tudo flui rapidamente. Quem pratica irregularidade vai para a cadeia. A apuração dos delitos é rápida e a Justiça decide sem delongas. Parlamentares são comedidos, modestos e não expõem em demasia seus nomes. Encaram a política como missão e não como profissão. As campanhas eleitorais constituem modelos de rigor. Empreiteiras, bancos, grupos econômicos nunca financiaram campanhas.

Não existe “caixa dois”, “propina”, “cincão, quinzão, trintão”, termos que designam percentagens de intermediação. Pedágio é parada no meio da estrada e não “comissão”.

O brasileiro tem um dos maiores índices de qualidade de vida do mundo. Culto, educado, bem alimentado, exibe um dos maiores PNFs (Produto Nacional de Felicidade). Os cargos são distribuídos por mérito. As entidades se valem do pão cívico, o grande alimento da Pátria. As vaidades praticamente desapareceram; agora valem a irmandade, o companheirismo, a igualdade.

Nossos meios de comunicação só lidam com a Verdade, sem vazão a mexericos, versões e denúncias grotescas, numa linguagem de decência, pureza e respeito. O palavrão sumiu, a cordialidade imprime a marca da boa educação. Não existe desamor. A mãe é realmente o símbolo da grande virtude. Não o destempero na boca dos ímpios de países bárbaros.

Essa é a verdade sobre meu povo e meu país.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudortquato.

Câmara pode votar mudanças em projeto sobre cadastro positivo

A continuidade da votação do projeto sobre o cadastro positivo obrigatório é o principal item da pauta do Plenário da Câmara dos Deputados

Os parlamentares precisam analisar os destaques apresentados ao texto-base aprovado na última quarta-feira (9). Os dois principais destaques apresentados ao projeto pretendem manter o cadastro positivo como uma opção do consumidor e evitar o envio de informações financeiras aos gestores de banco de dados sem quebra de sigilo bancário.

A matéria pode ser analisada a partir de hoje (15), quando estão marcadas sessões. O cadastro positivo já existe, mas é optativo. Com a obrigatoriedade proposta pelo projeto, os gestores de bancos de dados terão acesso a todas as informações sobre empréstimos quitados e obrigações de pagamento que estão em dia. Segundo o substitutivo do relator, deputado Walter Ithoshi (PSD-SP), os dados serão usados para se encontrar uma nota de crédito do consumidor, que poderá ser consultada por interessados.

Os defensores da obrigatoriedade de participação argumentam que a medida



Deputados também poderão analisar a MP que muda regras para a venda do petróleo da União.

ajudará a baixar os juros finais aos consumidores. Já os contrários dizem que o acesso aos dados aumentará a chance de vazamento de informações, caracterizando quebra de sigilo.

O primeiro item da pauta de hoje (15), entretanto, é a MP que muda regras para a venda do petróleo da União obtido nos contratos de partilha. O texto permite à Pré-Sal Petróleo S/A

(PPSA) realizar diretamente a comercialização da parte de óleo devida à União na exploração de campos da bacia do pré-sal com base no regime de partilha, vigente desde 2010.

A novidade no projeto do senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) é que, para os futuros leilões, a União poderá optar por receber o valor em dinheiro equivalente

à quantidade em óleo que lhe cabe. No caso dos contratos em andamento, o Ministério de Minas e Energia poderá propor um aditivo com essa mudança. Em ambas as situações, o preço do barril do petróleo será o preço de referência estabelecido pela ANP para a data de produção. No caso do gás, o preço poderá ser diferente se for comprovada vantagem (Ag.Câmara).

Regras para escritórios de advogados sócios e associados

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados debate nesta quinta-feira (17), proposta que trata de escritório de advogados sócios e associados. O debate atende a requerimento do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).

De acordo com o parlamentar, a proposta é debater as consequências da criação das figuras do “advogado associado” e do advogado “sócio de serviço”, as quais permitirão que grandes escritórios deixem de registrar os profissionais como empregados, apesar da presença de todos os requisitos da relação de emprego.

“A alteração legislativa em tramitação atinge milhares de trabalhadores, profissionais da advocacia, principalmente jovens em início de carreira, dos quais serão suprimidos todos os direitos previstos no artigo 7º da Constituição Federal, pois embora de fato sejam empregados, passarão a ser formalmente enquadrados como associados ou sócios”, afirma.

Foram convidados, entre outros, os presidentes do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro, Álvaro Sérgio Gouveia Quintão; e da Anamatra, Guilherme Guimarães Feliciano (Ag.Câmara).

Igualdade salarial aumentaria PIB em 3,3%, diz Banco Mundial

A redução da diferença salarial entre homens e mulheres poderia aumentar o PIB em 3,3%, o equivalente a R\$ 382 bilhões. A conclusão é do estudo Mulheres, Empresas e o Direito 2018: Igualdade de Gênero e inclusão econômica, divulgado ontem (14) pelo Banco Mundial, na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O trabalho ‘Mulheres, Empresas e o Direito’, que analisou o impacto da legislação na inclusão econômica das mulheres, foi desenvolvido para estimular reformas legislativas e adoção de políticas públicas que promovam maior igualdade de gênero.

Em sua quinta edição, o documento incluiu mais 16 países em seu universo, passando a analisar 189 economias em todo o mundo. O relatório constatou que, no Brasil, apesar dos avanços obtidos nos últimos 10 anos, “ainda há leis que impedem a plena participação econômica das mulheres”. O relatório passa a atribuir pontuação, que vai de zero a 100, em sete principais eixos da economia: acesso às instituições, uso de propriedade, acesso ao emprego, incentivo ao trabalho, acesso aos tribunais, acesso ao crédito e proteção da mulher contra a violência.

Para caso do Brasil, foram



O trabalho analisou o impacto da legislação na inclusão econômica das mulheres.

destacados como pontos fortes o fato de não haver limitações à capacidade jurídica das mulheres, ou à liberdade de movimento, ou de direitos iguais à propriedade e herança que possam afetar sua inclusão econômica. Em contrapartida, o documento destaca como pontos fracos a lei não prevenir licença parental, igualdade de remuneração para o trabalho masculino e feminino, trabalho dos pais em regime flexível, discriminação com base no gênero ou no estado civil no acesso ao crédito. Segundo o relatório, isso “desfavorece o empreendedorismo feminino”.

Para a especialista em gênero do Banco Mundial, Paula Tavares, há algumas lacunas

que precisam ser equacionadas. “No Brasil, há lacunas que observamos e que são bastante importantes. Uma delas é a questão das cotas. O Brasil até hoje não possui cotas, por exemplo, para conselho de administração de empresas privadas”. Segundo a especialista, a reforma da Previdência em andamento poderia igualar a idade da aposentadoria, “uma vez que a adoção de idades diferentes, ao contrário do que muitos pensam, é prejudicial à mulher – seja do ponto de vista do desenvolvimento de sua ascensão profissional, seja do ponto de vista de sua remuneração quando da aposentadoria” (ABR).

Conscientização sobre alergias alimentares em debate

Pedro França/Ag.Senado



O debate foi sugerido pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

A possibilidade de criação da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar será discutida em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) hoje (15). O debate foi sugerido pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Segundo ela, esta é uma medida que não traz custos ao Estado e que proporciona um ambiente adequado à promoção de seminários, ciclos de debates, rodas de conversa, palestras e outros eventos relacionados ao tema, algo que resultará em maior visibilidade para a questão.

“Quanto mais informação a população brasileira tiver sobre a alergia alimentar, maior e melhor será o acolhimento de quem já convive com o problema”, explica a senadora no requerimento pedindo a realização da audiência. As alergias alimentares são doenças caracterizadas por manifesta-

ção do sistema imunológico após a ingestão ou contato com certos alimentos. O Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar de 2018 indicou que os dados sobre prevalência de alergia alimentar no Brasil são escassos e limitados a grupos populacionais.

Contudo, esse tipo de alergia já pode ser considerado um problema de saúde pública, pois a sua prevalência tem aumentado em todo o mundo.

Para participar do debate foram convidadas as especialistas Renata Pinotti, mestra em Nutrição Humana Aplicada, e Érika Campos Gomes, mestra em Psicologia Clínica. Também devem comparecer à audiência representantes da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia e do Movimento Põe no Rótulo, que reivindica a rotulagem adequada de produtos alimentícios (Ag.Senado).

Vereador nega envolvimento com a milícia do Rio

O vereador Marcello Siciliano (PHS) negou, por meio de nota, que tenha qualquer tipo de ligação com um grupo de milicianos que age na zona oeste do Rio, como mostrou reportagem do programa Fantástico, da TV Globo. Uma ligação interceptada pela Polícia Civil mostra o parlamentar pedindo a ajuda de um miliciano para inaugurar um projeto social numa região controlada pela milícia.

Em outra conversa gravada, um miliciano pede ajuda de Siciliano para intervir junto ao 31º Batalhão da PM, no Recreio dos Bandeirantes, na zona oeste, para prender bandidos que mataram um amigo deles e pede ajuda para encontrar os responsáveis pelo crime. Siciliano promete atender o pedido e se despede com um “te amo, irmão”. Em nota, o vereador Marcello Siciliano



Vereador Marcello Siciliano (PHS-RJ).

“reafirma que não tem e nunca teve envolvimento com milícia.

Em outro trecho da nota, o parlamentar diz que enviou uma petição à Delegacia de Homicídios se colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos. A assessoria do vereador disse

ainda que até o momento ele não foi convocado para prestar novo depoimento à Delegacia de Homicídios sobre a morte da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes. Ontem (14) o crime completou dois meses (ABR).

Projeto regulamenta profissão de quiropraxista

A Comissão de Educação da Câmara realiza audiência pública hoje (15) para debater o projeto do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que regulamenta o exercício da profissão de quiropraxista. A reunião atende requerimento do deputado Átila Lira (PSB-PI). Segundo ele, a quiropraxia, a exemplo da osteopatia, da acupuntura e de tantas outras, é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como terapia complementar e não como uma grande área da ciência, a exemplo da medicina, fisioterapia e enfermagem.

Na opinião de Átila Lira, como existe um projeto que pretende regulamentar a profissão, é preciso debater melhor o tema, uma vez que proposta do mesmo teor foi rejeitada na legislatura anterior. Confirmaram presença no debate: o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Alceu José Peixoto Pimentel; a representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Inês Nakashina; e

o presidente da Associação Brasileira de Quiropraxia, Roberto S. Bleier Filho. Também foram convidados representantes dos ministérios da Educação e da Saúde (Ag.Câmara).